

ESTATUTO DA COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-URUGUAIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (CLM)



ARTIGO 1º

A Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) é o organismo binacional responsável pela execução do Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim), de acordo com o disposto no artigo 6º do dito Tratado.

A CLM se regerá pelas normas pertinentes do referido Tratado, por este Estatuto e por seu próprio Regulamento.

ARTIGO 2º

A CLM tem a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de suas incumbências.

ARTIGO 3º

A CLM disporá de duas sedes permanentes, uma na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, e a outra na cidade de Treinta y Tres, República Oriental do Uruguai, podendo estabelecer escritórios ou reunir-se em qualquer outro ponto do território de uma ou outra Parte.

ARTIGO 4º

A CLM se dirigirá aos Governos das Partes Contratantes através dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

Outrossim, poderá dirigir-se diretamente a organismos internacionais sobre os assuntos que se relacionem com suas atividades.

ARTIGO 5º

A fim de coordenar seus programas e projetos com os planos de desenvolvimento de cada Parte, a CLM, através de suas Representações, manterá estreito contato com os respectivos órgãos nacionais de planejamento e coordenação.

ARTIGO 6º

A CLM tem as funções indicadas no Tratado e as que, a seguir, se estabelecem:

- a) elaborar e aprovar seu Regulamento;
- b) designar e remover seu pessoal técnico, administrativo e de serviço, podendo, porém, utilizar pessoal fornecido pelas Representações das Partes Contratantes;
- c) atribuir as incumbências que estime pertinentes aos órgãos subsidiários que constitua;
- d) informar periodicamente a ambos os Governos sobre o desenvolvimento de suas atividades;
- e) remeter a ambos os Governos cópia da correspondência trocada com organismos internacionais;

- f) proporcionar, toda vez que os Governos solicitem, informações relativas aos projetos, obras ou serviços comuns que estejam sob sua supervisão;
- g) estabelecer um plano de trabalho anual e elevar aos Governos o orçamento de gastos correspondentes;
- h) estudar, especialmente, sob todos os aspectos, os recursos vivos das águas da Bacia e sugerir às Partes Contratantes as medidas adequadas para preservar e desenvolver tais recursos;
- i) requerer dos órgãos subsidiários relatórios periódicos pormenorizados de suas atividades, nas condições que estabeleça;
- j) autorizar seu Presidente a exercer a representação legal da Comissão nos casos especiais previstos no Regulamento;
- k) as demais funções previstas neste Estatuto e as que lhe atribuem as Partes Contratantes de comum acordo.

#### ARTIGO 7º

A CLM está constituída por duas Representações: uma Delegação uruguaia e uma Seção brasileira.

Cada Representação se integra com igual número de membros, que não será superior a cinco, e poderá ser assistida por Assesores.

Cada Representação, no que se refere a sua estrutura e funcionamento internos, se regerá pela sua respectiva legislação nacional.

#### ARTIGO 8º

A Presidência e a Vice-Presidência da CLM serão desempe-

desempenhadas, por períodos anuais e de forma alternada, pelos Chefes de Representação.

ARTIGO 9º

O Presidente, a quem corresponde presidir as reuniões, é o representante legal da CLM e o responsável pela execução de suas resoluções.

ARTIGO 10

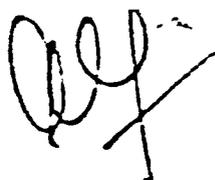
O Vice-Presidente substituirá o Presidente em caso de impedimento ou ausência temporários, com todas as faculdades e responsabilidades do titular.

ARTIGO 11

Em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, a Representação correspondente designará o novo titular para completar o período.

ARTIGO 12

A CLM se reunirá em caráter ordinário na forma prevista em seu Regulamento e, em caráter extraordinário, sempre que o Presidente ou uma das Representações julgue necessário.



ARTIGO 13

Para que a CLM possa reunir-se, requer-se a presença de, pelo menos, a maioria absoluta de membros de cada Representação.

ARTIGO 14

As decisões da CLM se adotarão pelo voto conforme de ambas Representações. Cada Representação tem um voto, que se expressará por seu Chefe ou por quem o substitua.

ARTIGO 15

As decisões que, a juízo da CLM, forem adotadas ad referendum dos dois Governos, serão submetidas a estes, através do Presidente da CLM, com a brevidade possível.

ARTIGO 16

Serão idiomas oficiais da CLM o português e o espanhol.

As atas da CLM e os documentos que esta julgue convenientes, serão redigidos em ambos os idiomas.

ARTIGO 17

No âmbito da CLM, e dependendo dela diretamente, funcio-

funciona Subcomissão Permanente e poderão funcionar, entre outros, Subcomissões Coordenadoras, Comitês Consultivos e Assessores Especiais.

#### ARTIGO 18

A Subcomissão Permanente tem por incumbências o exame preliminar das matérias a serem consideradas em plenário e as que lhe forem atribuídas pela CLM.

#### ARTIGO 19

A Subcomissão Permanente compõe-se de quatro membros da CLM, correspondendo dois a cada Representação.

#### ARTIGO 20

A CLM poderá constituir as Subcomissões Coordenadoras que forem necessárias para coordenar a realização de projetos e obras comuns, bem como a operação e manutenção das obras e instalações previstas nos projetos respectivos.

#### ARTIGO 21

As Subcomissões Coordenadoras estarão compostas de igual número de membros de cada Parte, e integradas por representantes da CLM e das entidades a que se refere o artigo 17 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim.

## ARTIGO 22

As Subcomissões Coordenadoras se organizarão de acordo com as finalidades e atribuições específicas que lhe forem conferidas pelo instrumento que as institua e conforme seus próprios Regulamentos internos que deverão ser aprovados pela CLM.

## ARTIGO 23

A CLM poderá constituir Comitês Consultivos, de caráter temporário, com a finalidade de obter opiniões sobre assuntos específicos relacionados com o desenvolvimento da Área da Bacia da Lagoa Mirim.

A CLM determinará, em cada caso, a composição e as condições de funcionamento dos Comitês Consultivos.

## ARTIGO 24

A CLM poderá também contar com a colaboração de Assessores Especiais, sejam ou não da nacionalidade das Partes Contratantes, postos à sua disposição, inclusive, pelos Governos ou por organismos internacionais.

## ARTIGO 25

Constituirão recursos da CLM, entre outros, as dotações destinadas por ambos os Governos, através de suas respectivas Representações.

Os gastos da CLM serão de responsabilidade dos dois Governos, na forma que estes regulem de comum acordo.

Os gastos de instalação e funcionamento de cada uma das sedes permanentes da CLM serão de responsabilidade do respectivo Governo.

Cada Representação na CLM será responsável por seus próprios gastos.

#### ARTIGO 26

Para os efeitos do estabelecido no artigo 9º do Tratado, a CLM emitirá documentos de identificação pessoal para facilitar a livre circulação na fronteira e a permanência, se for o caso, nos territórios das Partes Contratantes.

Quando se tratar de veículos, embarcações ou equipamentos a serviço da CLM, esta emitirá a documentação que lhes permita cruzar a fronteira e circular livremente pelos territórios das Partes Contratantes.

#### ARTIGO 27

Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos diretamente pela CLM ou, quando a importância do caso o requeira, ad referendum dos dois Governos.

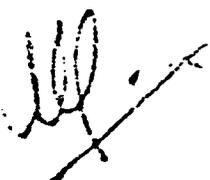
#### ARTIGO 28

Este Estatuto poderá ser modificado mediante troca de notas pelas Partes Contratantes, por iniciativa de qualquer delas ou da CLM.

Brasília, em 7 de julho de 1977.

Pelo Brasil: Antônio F. Azeredo da Silveira.

Pelo Uruguai: Alejandro Rovira





ESTATUTO DE LA COMISION MIXTA BRASILEÑO-URUGUAYA PARA EL  
DESARROLLO DE LA CUENCA DE LA LAGUNA MERIN - (CLM)

ARTICULO 1º

La Comisión Mixta Brasileño-Uruguaya para el Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín (CLM) es el organismo binacional responsable de la ejecución del Tratado de Cooperación para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín (Tratado de la Cuenca de la Laguna Merín), de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 6º de dicho Tratado.

La CLM se regirá por las normas pertinentes del referido Tratado, por este Estatuto y por su propio Reglamento.

ARTICULO 2º

La CLM tiene la capacidad jurídica necesaria para el cumplimiento de sus cometidos.

ARTICULO 3º

La CLM dispondrá de dos sedes permanentes, una en la ciudad de Treinta y Tres, República Oriental del Uruguay, y la otra en la ciudad de Porto Alegre, República Federativa de Brasil, pudiendo establecer oficinas o reunirse en cualquier otro punto del territorio de una u otra Parte.

ARTICULO 4º

La CLM se dirigirá a los Gobiernos de las Partes Contratantes a través de los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores.

Asimismo, podrá dirigirse directamente a organismos internacionales sobre los asuntos que se relacionen con sus actividades.

ARTICULO 5º

A fin de coordinar sus programas y proyectos con los planes de desarrollo de cada Parte, la CLM, a través de sus Representaciones, ~~mantendrá estrecho contacto con los respectivos órganos nacionales de planeamiento y coordinación.~~ mantendrá estrecho contacto con los respectivos órganos nacionales de planeamiento y coordinación.

ARTICULO 6º

La CLM tiene las funciones indicadas en el Tratado y las que, a continuación, se establecen:

- a) elaborar y aprobar su Reglamento;
- b) designar y remover su personal técnico, administrativo y de servicio, sin perjuicio de lo cual podrá utilizar personal suministrado por las Representaciones de las Partes Contratantes;
- c) asignar los cometidos que estime pertinentes a los órganos subsidiarios que constituya;
- d) informar periódicamente a ambos Gobiernos sobre el desarrollo de sus actividades;
- e) remitir a ambos Gobiernos copia de la correspondencia intercambiada con organismos internacionales;
- f) suministrar, toda vez que los Gobiernos lo soliciten, informaciones relativas a los proyectos, obras o servicios comunes que estén bajo su supervisión;

- g) establecer un plan de trabajo anual y elevar a los Gobiernos el presupuesto de gastos correspondiente;
- h) estudiar, especialmente, en todos los aspectos, los recursos vivos de las aguas de la Cuenca y sugerir a las Partes Contratantes las medidas adecuadas para preservar y desarrollar tales recursos;
- i) requerir de los órganos subsidiarios informes periódicos pormenorizados de sus actividades, en las condiciones que establezca;
- j) autorizar a su Presidente a ejercer la representación legal de la Comisión en los casos especiales previstos en el Reglamento;
- k) las demás funciones previstas en este Estatuto y las que le asignen las Partes Contratantes de común acuerdo.

#### ARTICULO 7º

La CLM está constituida por dos Representaciones: una Delegación uruguaya y una Sección brasileña.

Cada Representación se integra con igual número de miembros, que no será superior a cinco, y podrá ser asistida por Asesores.

Cada Representación, en lo que se refiere a su estructura y funcionamiento internos, se regirá por su respectiva legislación nacional.

#### ARTICULO 8º

La Presidencia y Vice-Presidencia de la CLM serán desempeñadas, por períodos anuales y en forma alternada, por los Presidentes de cada Representación.

ARTICULO 9º

El Presidente a quien corresponde presidir las reuniones, es el representante legal de la CLM y el responsable de la ejecución de sus resoluciones.

ARTICULO 10

El Vice-Presidente reemplazará al Presidente en caso de impedimento o ausencia temporales, con todas las facultades y responsabilidades del titular.

ARTICULO 11

En caso de vacancia de la Presidencia o la Vice-Presidencia, la Representación correspondiente designará el nuevo titular para completar el período.

ARTICULO 12

La CLM se reunirá con carácter ordinario en la forma prevista en su Reglamento, y con carácter extraordinario siempre que el Presidente o una de las Representaciones lo juzgue necesario.

ARTICULO 13

Para que la CLM pueda sesionar se requiere la presencia de, por lo menos, la mayoría absoluta de miembros de cada Representación.

ARTICULO 14

Las decisiones de la CLM se adoptarán por el voto conforme de ambas Representaciones. Cada Representación tiene un voto, que se expresará por su Presidente o quien lo sustituya.

ARTICULO 15

Las decisiones que, a juicio de la CLM fueren adoptadas "ad referendum" de los dos Gobiernos, serán sometidas a éstos, a través del Presidente de la CLM, a la brevedad posible.

ARTICULO 16

Serán idiomas oficiales de la CLM el portugués y el español.

Las actas de la CLM y los documentos que ésta juzgue conveniente, serán redactados en ambos idiomas.

ARTICULO 17

En el ámbito de la CLM, y dependiendo de ella directamente, funciona la Sub-Comisión Permanente y podrán funcionar, entre otros, Sub-Comisiones Coordinadoras, Comités Consultivos y Asesores Especiales.

ARTICULO 18

La Sub-Comisión Permanente tiene por cometidos el examen preliminar de las materias a ser consideradas en plenario y los que le fueren asignados por la CLM.

ARTICULO 19

La Sub-Comisión Permanente se compone de cuatro miembros de la CLM, correspondiendo dos a cada Representación.

ARTICULO 20

La CLM podrá constituir las Sub-Comisiones Coordinadoras que fueren necesarias para coordinar la realización de proyectos y obras comunes, así como la operación y mantenimiento de las obras e instalaciones previstas en los proyectos respectivos.

ARTICULO 21

Las Sub-Comisiones Coordinadoras estarán compuestas de igual número de miembros de cada Parte, e integradas por representantes de la CLM y de las entidades a que se refiere el artículo 17 del Tratado de la Cuenca de la Laguna Merín.

ARTICULO 22

Las Sub-Comisiones Coordinadoras se organizarán de acuerdo con las finalidades y atribuciones específicas que les fueren conferidas por el instrumento que las instituya y conforme con sus propios Reglamentos internos, que deberán ser aprobados por la CLM.

ARTICULO 23

La CLM podrá constituir Comités Consultivos, de carácter temporario, con la finalidad de obtener opiniones sobre asuntos específicos relacionados con el desarrollo del área de la Cuenca de la Laguna Merín.

La CLM determinará, en cada caso, la composición y las condiciones de funcionamiento de los Comités Consultivos.

#### ARTICULO 24

La CLM podrá también contar con la colaboración de Asesores Especiales, sean o no de nacionalidad de las Partes Contratantes, puestos a su servicio, inclusive, por los Gobiernos o por organismos internacionales.

#### ARTICULO 25

Constituirán recursos de la CLM, entre otros, las dotaciones aportadas por ambos Gobiernos a través de sus respectivas Representaciones.

Los gastos de la CLM serán de responsabilidad de los dos Gobiernos, en la forma que éstos regulen de común acuerdo.

Los gastos de instalación y funcionamiento de cada una de las sedes permanentes de la CLM serán de responsabilidad del respectivo Gobierno.

Cada Representación en la CLM será responsable por sus propios gastos.

#### ARTICULO 26

A los efectos de lo establecido en el artículo 9º del Tratado, la CLM emitirá documentos de identificación personal para facilitar la libre circulación en la frontera y la permanencia, en su caso, en los territorios de las Partes Contratantes.

Cuando se trate de vehículos, embarcaciones o equipos al servicio de la CLM, ésta emitirá la documentación que les permita cruzar la frontera y circular libremente por los territorios de las Partes Contratantes.

ARTICULO 21

Los miembros de la Comisión de la Verdad y Reconciliación serán nombrados por el Poder Judicial, cuando la importancia del caso lo requiera, de acuerdo a los los criterios.

ARTICULO 22

Los miembros de la Comisión de la Verdad y Reconciliación serán nombrados por el Poder Judicial, cuando la importancia del caso lo requiera, de acuerdo a los los criterios.